

## Ata da Reunião do Conselho

### ATA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA.

Ocorrida aos quatro dias de novembro de dois mil e cinco, à 08:30h em primeira convocação, e às 09:00h em segunda convocação com qualquer número de conselheiros presentes, na Sala de Reuniões sito à Rua João Negrão, 169, no Hotel San Martin – Centro, 1º andar, nesta Capital. Estiveram presentes no período da manhã, os seguintes conselheiros governamentais: Vera Lúcia Raggiotto (Instituto de Ação Social do Paraná – IASP); (Procuradoria Geral do Estado – PGE); ; Elyane Neme Alves (Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL); Denise R. Arruda Colin (Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP); ; Jucimeri Isolda da Silveira (Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP) Maria Leonor Zanella (Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP); Manuel Nunes da Silva Neto (Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP); . Conselheiros da Sociedade Civil Organizada: Antônio José Portes Junior (Centro Espirita Manoel Figueira Netto); Terezinha de F. Inocente Bitencourt (Associação Pais e Amigos dos Excepcionais Apae Bela Vista do Paraíso); SUPLENTE (Assoc. Def. Físicos de Cornélio Procópio – ADECOP); Dulcilene Pires Cardoso Tonon (Assoc. dos Funcionários Públicos Municipais de Jacarezinho); José Cícero dos Santos (Escola Comunitária do Trabalho); Cidinéia Aparecida Moreira (Conselho Regional de Serviço Social - CRESS); Maria Aparecida Melo M. Tamparowsky (Programa do Voluntariado Paranaense – Provopar Assis Chateaubriand); Valter Pedro Zancanaro (Assoc. Bras. de Educação e Cultura – Ponta Grossa – ABEC). A presidente Terezinha deu início à reunião agradecendo a presença de todos os conselheiros, informando que no dia anterior, na reunião das comissões, algumas alterações já haviam sido realizadas na pauta e que colocaria para aprovação da plenária. Na seqüência, foi realizado a apresentação de um slide com o título de “Zoon??”, demonstrando que devemos ver além do que nossos olhos estão vendo, devemos aprimorar o foco, e repensar a visão pessoal, a presidente relatou que a primeira a vez que assistiu este slide, notou a necessidade de mudar a forma como podemos ver o

mundo e as situações, em relação a pauta do dia, retomou dizendo novamente que por conta de terem que responder o ofício do CNAS( Conselho Nacional de Assistência Social), referente as "Fotos do Estado", as Comissões não puderam se reunir e cumprir o prazo para entrega do referido, todos os Municípios já haviam respondido, então, se fazia necessário está resposta a União, informando que os assuntos a serem discutidos e apreciação da pauta.

#### 1 – Aprovação da Pauta ,

Em seguida a Presidente Terezinha submeteu a apreciação das ata ,informes da Secretária Geral , Informes Gerais e outros, propôs então que houvesse algumas alterações na pauta sendo que a mesma ficaria disposta da seguinte forma: Apreciação da pauta, apreciação da ata de setembro, Composição do receita do FEAS (Fundo Estadual de Assistência Social); Orçamento 2006; Prestação de Contas do ano de 2005 , Discussão sobre a aquisição computadores, sendo que a Conselheira Jucimeri que irá estar a frente dessa discussão, Relatório da IV Conferência do CEAS, Encontro Estadual de Usuários, Relatório Anual do CEAS, Projeto de "Lei Centros Dia" , Material em Vídeo da Conferência; Remanejamentos de Metas, Avaliação da IV Conferência Estadual CEAS; Informes da Secretaria Executiva e Informes Gerais. A presidente deixou a palavra aberta aos conselheiros, se gostariam de indicar mas uma sugestão de pauta, o conselheiro Paulo sugeriu, incluir na pauta a indicação de um outro conselheiro, para ser seu suplente na CEPETI (Comissão de Erradicação do Trabalho Infantil), visto que a conselheira Antonia não mais faz parte do CEAS. A presidente informou que os assuntos que estavam pautados para as Comissões serão discutidos em plenária, aproveitando antes da votação que fossem também colocados como ponto de pauta a V Conferência Nacional de Assistência Social, que será realizado em Brasília, o conselheiro Cícero sugeriu a inclusão a discussão da Conselho Municipal de Pinhais , sem mas alterações por unanimidade foi a pauta aprovada com todas essas alterações.

#### 2 – Aprovação da Ata

Prosseguindo a reunião a presidente colocou para avaliação a ata de setembro, pedindo aos conselheiros se fosse necessário apontassem alterações na ata de setembro. O conselheiro Cícero pediu uma alteração na linha 76 referentes a Comissão de Políticas Básicas, e informou que o conteúdo não está claro, falta os anexos I e II. A presidente Terezinha pediu informação sobre a questão do questionamento do conselheiro Manuel sobre a Educação Infantil. A conselheira Cidinéia fez uma indagação sobre a elaboração de um

questionário referente a situação dos Conselhos Municipais dos Diretos do Idoso, e se haviam sido elaborados. A conselheira Jucimeri informou que o CEDI ( Conselho Estadual dos Direitos do Idoso) já havia elaborado referido questionário, continuando a conselheira Jucimeri ponderou que deveriam tomar cuidado em não sobrepor pedidos de informações , para assim não confundir os Conselhos Municipais, ponderando que deverá continuar o CEDI com a responsabilidade pela pesquisa, e posteriormente repasse esses dados para o CEAS, para assim, serem tomadas as devidas providencias de fiscalização e cadastro, analisando o que está faltando pontuar em relação ao que se refere a área no Estado. Foi requisitado que esse assunto fosse esclarecido pela conselheira Iolanda, e também presidente do CEDI, após sua chegada na reunião. A conselheira Cidinéia ainda pediu a correção da linha 146 no lugar de " não o fazem" substituir por "o façam", na linha 208 o conselheiro Cícero observou que fez um levantamento na sua região e que a informação é verdadeira. A conselheira Cidinéia pediu informação sobre a linha 237 que o número de Municípios correto é de 81 e não de 81 habilitados para implantação do CRASS??/??, na linha 270 o conselheiro Cícero pediu informação se o CDI(Coordenadoria de Desenvolvimento Integrado) teria feito o envio da planilha de custos da VI Conferência Estadual para os conselheiros, informando que o mesmo não tinha recebido. A conselheira Iolanda informou que as planilhas de custos da VI Conferência não haviam sido enviadas. A conselheira Cidinéia pediu que na linha 314 incluía a palavra Nacional, e informou que a conselheira Juliana é representante da regional de Irati; e que na linha 409 as siglas corretas são IDHN(Índice de Desenvolvimento humano por Município). A presidente Terezinha propôs que aos conselheiros que a ata fosse apreciada em dezembro, já com as devidas correções, sendo aprovada por todos.

### 3.Comissão Temática de Financiamento do e Gerenciamento do Fundo;

A conselheira Jucimeri iniciou relatando sobre o Plano Estadual de Assistência Social, o qual nunca foi elaborado, e sugeriu uma análise das deliberações do CEAS para assim elaborar esse plano, e que esse é papel do Conselho, pois, o orçamento 2006 deverá ser elaborado e baseado no que o plano indicar, e a avaliação das deliberações devem ser feitas para curto prazo, analisando o que precisa ser implementado. Relembrando, que na reunião anterior do mês de setembro, houve uma participação de representantes do CEDI, durante a reunião a foi apresentado um desenho do

orçamento, relatando que ele é muito segmentado e que ainda não há nenhum avanço em relação ao cofinanciamento, em algumas questões principalmente na implantação dos CRASS(???) para os 59 Municípios em um valor orçado em R\$ 76,300,00, propondo ao seu modo de pensar fazer um a reestruturação de qual a melhor forma de utilizar esse orçamento, analisando assim, a melhor forma de utiliza- lo e qual será o mais adequado , relatando que seria necessário outra forma de piso de proteção básica , como "Centro Dia" com uma meta baixa, e que o valor é e R\$ 3.000.000,00 para ser investindo em abrigos, sendo executado pelo IASP(Instituto de Ação Social do Paraná) e deve ser fiscalizado e pelo Conselho. Continuando a conselheira relata ser um momento de avançar em relação ao Orçamento de 2006 , sendo uma prioridade, e pediu um esclarecimento de qual será o papel do Conselho na estruturação do Orçamento. Fará um roteiro ? A conselheira pediu que haja um encaminhado, propondo que um membro da Comissão de Gerenciamento de Fundo possa fazer parte da elaboração desse orçamento. Relatou que fez uma reunião com o conselheiros Manuel e Iolanda e foi avaliado um estratégia de implantação de "Centro Dia" no Estado ajudando a implantação do SUAS e com a proposta orçamentária, e outra estratégia importante seria transformar as deliberações da VI Conferência em Projeto de Lei , o que seria necessário para implantação do SUAS no Estado do Paraná, aproveitando a visibilidade do Sistema Único, e disse ser um momento político bom e favorável, informou que houve uma reunião juntamente com a Márcia Lopes(????). A Sra. Márcia relatou que para o ano de 2006 será feito um grande trabalho de marketing em relação ao SUAS, parar ser difundido e conhecido por todos os cidadãos, e comunicou que a SETP(Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social), está elaborando junto ao Legislativo, o que a Conferência indica de grandes metas para implantação do SUAS, é claro que depende do Executivo a efetivação do Sistema Único e o que reserva do orçamento, para área assistencial, mas é de grande importância que uma legislação aponte e oriente de como será efetivado essa sistematização e a utilização desse orçamento, pedindo a opinião dos demais conselheiros sobre o assunto, informou que estão surgindo algumas "leis" de iniciativa isoladas como a exemplo o dos Centro Dia sendo que trata - se de autorizar e dar liberdade ao governador de implantar em todos os município do Estado do Paraná esse "Centros". A conselheira Celeste ponderou que sua Secretaria(Secretária da Saúde), não foi consultada sobre esse

assunto, e pontifica ser necessário a opinião de outras Secretarias, e que o orçamento das Saúde não contempla a implantação dos "Centros", informando que os projetos são elaborados e votados, mas não há provisão orçamentária para efetivação dos referidos, tendo que trabalhar sem estrutura. Retomando a palavra a conselheira Jucimere relata que quando houve a ciência de desse projeto, sendo requisitado o parecer técnico, observou-se que ele não foi bem estruturado e não se sustenta no Estatuto do Idoso, foi feito um contato com a assessoria da Deputada Luciana (PT) e foi acordado um aprimoramento desse projeto o mais breve possível, pois, a deputada mostrou uma grande preocupação em alocar esse projeto no orçamento de 2006 e que os recursos fossem vinculados a essa ação, aproveitando a oportunidade de congregiar outros projetos ficando assim uma boa parcela do mesmo para ações no Estado na demanda assistencial. A conselheira informou que o orçamento ainda não foi votado, sendo adiantou que o governador não está autorizando nenhuma deliberação, somente analisando, os Secretários estão negociando diretamente com o governador inclusive a da aquisição dos computadores, visto que, não houve ainda uma deliberação a respeito desse assunto, e como está no final de exercício de 2005 o governo quer reunir todos os recursos para pagamento das pendências, segundo a conselheira Jucimeri o Secretário Padre Roque está empenhado na aprovação desses recursos e pondera ser questão de honra. A conselheira Jovelina considerou ser primordial um posição do Conselho em relação a esses esclarecimentos e posiciona que a postura do governador é lamentável, afirmando que um ano para aprovação dessas ações é uma desrespeito ao trabalho do Conselho. O conselheiro Manuel destaca que a discussão da compra ou não dos computadores e pequena em relação a falta de um Plano Estadual de Assistência para o Estado, e contribuição tenha uma linguagem com estância deliberativa e que as ações do Conselho devem ser voltados aos carência do cidadão e sua dificuldades e não somente uma questão meramente financeira. A conselheira Jovelina reforçou que o posicionamento do conselheiro Manuel, mostra que sua indagação foi entendida mas ainda pede que venha a ser toma da pelo Conselho uma atitude demonstrando que estão atentos as medidas tomadas pelo senhor governador. A conselheira Jucimeri ponderou que não houve uma execução, pelo motivo que a Secretaria Estado ter uma acumulo de atividades por falta de pessoal e excesso de atividade, e ter uma estrutura muito frágil e morosa, e o CEAS precisa ter uma proposta de financiamento, relatou também que o

governador está correto em tomar cuidado em suas decisões, afirmou que a implantação do CRASS nos Municípios foi uma medida necessária, mas a forma como foi feita não é correta, como o trabalho é contratado por tempo determinado e muitas vezes não tendo seqüência, desmerecendo também o concurso público, idéia seria do Estado custear o serviço e as prefeituras darem o suporte de pessoal, existe uma atividade mas não se sabe se irá ser efetivada, informou que será destinado R\$ 80.000,00 do Estado aos municípios para financiar CRASS contemplando somente alguns municípios, fica a dúvida de qual é na verdade o papel do Estado, foi enviado o projeto para Assembléia mas nada impede de rever essas ponderações, é preciso então fazer um levantamento e a elaboração de um Plano de Ação de Assistência Social, o Conselho deve fiscalizar todas as Secretarias no que se refere a parte social, também sendo, necessário algumas análises do estão fazendo, o FIA(Fundo da Infância e Adolescência) é um Fundo que precisa ser vinculado com ações de Multas para algum estabelecimento, revertendo esses valores ao CEAS, segundo a Sr.a Jucimere o IASP( Instituto de Ação Social do Paraná) devendo ficar responsável pelas medidas sócio – educativa e o CEAS responsável pelas ações assistências no Estado do Paraná. A presidente Terezinha agradeceu a explicação da conselheira Jucimere e continuou afirmando que a visão do Conselho está desfocado, informando que e o momento é Pró – LOAS, sendo chegada a hora de intensificar o papel do Conselho, em direcionar suas ações, quer para patrocínio dos a projeto sociais, ponderou que nunca considera tarde o mudar a forma de como Conselho estará direcionando suas estratégias, relatando a necessidade de mostrar a forma de agir deste Conselho, e nada impede do Conselho de se empenhar em elaborar projetos que se tornem lei, evitando assim depois ter que aceitar o que o Poder gestor demande ações sem a possibilidade de alterar tal procedimento ou decisão. Continuou também relatando a importante de ampliar a estrutura administrativa. A conselheira Jucimeri finaliza ponderando que os pontos principais que devem ter um cuidado especial devem ser: Elaboração de um Plano Estadual de Assistência Social; Determinar um Piso como parâmetro que determinará as forma de cálculo de financiamento; Elaborar uma carta ao Deputado Estadual Marcos Isfer (Membro da Comissão do Orçamento da Assembléia), juntamente com a Moção de Reivindicação aprovada na VI Conferência do CEAS; Proposta de Constituição de Fundo. A presidente retomando a palavra colocou em votação a proposta da conselheira Jucimeri. Pedindo para

pronunciar-se o conselheiro Cícero testemunhou que aprende em cada reunião, e também afirma da consciência de cada conselheiro apoiando o posicionamento do conselheiro Manuel, conhece a fragilidade do Secretária Executiva não por falta de competência ou vontade, e sim acúmulo de demanda por falta de estrutura e pessoal, reforçando a urgência dessa reestruturação, e no que se refere ao SUAS(Sistema Único de Assistência Social), informou que ficou preocupado, pois não existe ainda esse cadastro das Entidade e Conselhos tornando muitas vezes o trabalho de fiscalização e orientação demorado e inviável, e reforça a importância do Conselho mostrar suas características e suas diretrizes, evitando a investidas de políticos que colocam a questão social como meta de campanha, por culpa do próprio Conselho que não tem Plano de Ação. A conselheira Jucimeri pontificou ainda que não deveriam falar dos trabalho dos deputado, mas mostrar como e onde os deputados devem direcionar e orçar as verbas, não somente como estão fazendo, pedindo informação de qual Instituição eles podem ajudar, e sim, repassar as verbas para um Fundo que venha gerir esses recursos. Continuando a conselheira novamente reflete sobre a falta do Plano Social, e demonstrou que o CRASS torna-se ponto de referência, indagou também da falta de participação do Conselho no cenário político estadual, não fazendo valer sua importância, como exemplo, a não utilização

da oportunidade de requisitar o uso da palavra na Assembléia Legislativa, deixando de dar visibilidade do Conselho, devendo ser criado linhas de financiamento, e relatou que o Governador fica relutante de repassar verba sem saber onde será investido. A conselheira Jovelina informou que em sua cidade(Maringá) uma Entidade Assistência iria receber sozinha um grande repasse de verba por indicação de um deputado, e perante tal atitude foi necessário agendar uma reunião com o deputado em questão mostrando que seria correto dividir esse recursos com as demais Instituições de Maringá. A presidente retomou a votação propondo que a fala sobre a sugestão de pauta sobre o Plano Estadual, Piso para calculo de financiamento e carta ao deputado Isfer da Conselheira Jucimeri fosse votada para pauta da próxima reunião, a qual foi submetida para votação e APROVADA .

4. Comissão Temática de Comunicação, Articulação e Mobilização. A conselheira Jucimeri informou pertencer ao Fórum Nacional de Assistência Social, e que existe uma recomendação que se façam Encontros Estaduais, Regionais e Nacionais de Usuários, sobre a participação do usuário na política de Assistência, relatando que a

proposta do FNAS(Fundo Nacional de Assistência Social) é de fazer uma reuniões para preparação ao Encontro Nacional de Usuários, a primeiro enfoque seria um reunião somente com usuários, mas segunda a conselheira isto não está bem definido, e informou que esse Encontro devia ser e responsabilidade do FOREAS(Fórum Regional de Assistência Social), não impedindo porém a participação do CEAS na coordenação, pedindo à convocação dos membros do FOREAS para a próxima reunião, para juntos preparem uma evento para 2006, a conselheira sugeriu que participem deste encontro profissionais ligados a assistência social, o objetivo principal deste encontro é coletar experiências e motivar o usuário a interagir, iniciando por reuniões regionalizadas e posteriormente um grande encontro Estadual, e deverá ser dividido em três tópicos: protagonismo do usuário, trabalho dos profissionais e organização política. A presidente Terezinha relatou ser necessário uma nova proposta orçamentário para financiar o Encontro dos Usuários. A conselheira Iolanda informou que não existe previsão orçamentária para esse encontro, recordando que no próximo ano haverá a Conferência do Idoso, tendo que tomar cuidado em não sobrepor datas, o conselheiro Manuel ponderou ser estratégico construir um plano envolvendo trabalhadores da área da assistência, usuários e Entidades, traduzido na construção de uma linguagem, mostrando quem é as pessoas envolvidas na política assistencial, evitando assim discutir "idoso", mas indivíduo que necessita em um período de sua vida, um suporte assistencial do governo, a presidente relatou que os encontros servem para conhecer bem seu público alvo, relatando que todos os Conselhos (Conselho Estadual de Segurança Alimentar, Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente, CEDI , CEAS) devem unir-se para trabalhar bem a área social. A conselheira Jucimere disse não ser necessário criar uma nova previsão orçamentaria mas utilizar corretamente o que esta disponibilizado, a conselheira Celeste informou que a pauta para a próxima reunião já está esgotada e com vários pontos de pauta, a presidente relatou ser importante que esses assuntos são de suma importância e que devem ser mantidas, sugeriu que como proposta que todas as Comissões deverão estar discutindo a construção do Plano, e também manter a discussão do usuário ou somente com a Comissão de Comunicação. A proposta foi submetida para votação e ficou assim APROVADA, sendo estabelecido que a Comissão de Comunicação fará um estudo mais detalhado sobre o Encontro dos usuários e apresentará na plenária da reunião ordinária do dia dois de

dezembro. A presidente Terezinha retomando o assunto do Orçamento, fez uma indagação aos demais conselheiros sobre a carta e Moção da Conferência da Assistência Social que deverá ser enviada a Comissão da Assembléia do Paraná de Orçamento, que será redigida pela conselheira Jucimeri e demais integrantes da Comissão do Gerenciamento do Fundo, sendo, Aprovada a proposta de redação pelos conselheiros e envio da carta a Comissão de Orçamento do Governo. A conselheira Jucimeri propõem que se faça um relatório das atividade feitas pelo CEAS no ano de 2005, referente quanto ao número de reuniões , pautas , participação e as deliberações do corrente ano, o roteiro será elaborado pela Secretaria Executiva com a participação dos conselheiros informando questões pessoais, explicando aonde e como participaram de eventos como conselheiros do CEAS. A proposta foi APROVADA que a secretaria fará um levantamento de todas as ações do CEAS no ano de 2005.

#### 5. Comissão Temática de Políticas Sociais Básicas:

A conselheira Dulce informou por estar atarefada com outras atividades não pode prestar a devida atenção ao projeto, e que desde o período de agosto não recebeu respostas dos Municípios sobre o projeto da Rede de Educação Infantil” e as atividades de SAC. E que está novamente entrando em contato com os Escritórios Regionais, transferindo a apresentação deste ponto para a próxima reunião, e pediu informação sobre o questionário que foi repassado para os conselheiros e se os mesmos compreenderam sobre a transferência da Assistência Social para Secretária de Educação, dos “Centros de Educação” de alguns Municípios , relatando que precisa deste levantamento pronto até o mês de dezembro, informou também que os Serviço de Ações Continuadas apartir de 2006 será de responsabilidade dos Municípios. O conselheiro Valter informou que a senhora Carmem no dia anterior da Plenária esteve presente na Comissão e repassou informações referente aos repasses de metas do PETI ( Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), informando quais as cidades que serão contempladas essas verba, o Municipio de Agudos do Sul, Figueira e Medianeira em um total de 207metas aos quais disponibilizaram metas para remanejadas, sendo que os Municipio que foram priorizados com esses realocação será Quatiguá e Rondon em um total de 200 metas e que as 7 restantes será disponibilizados em um novo remanejamento, a presidente Terezinha pediu informação sobre os prazos de entrega dos relatório referente da Educação Infantil sobre a transição, e perguntou quantos município que fizeram essa

transição e quantos não o fizeram, e que recebeu informações que essa transferência não mais aconteceria, o conselheiro Paulo informou que essa mudança está aparada na LDB, a conselheira Jucimeri informou que o prazo foi ampliado, e as informações desenhadas é que o Ministério de Combate a Fome e tem orientado que os municípios ainda não façam esse remanejamento e não tem certeza referente a previsão orçamentária. A conselheira Jucimeri relatou sobre o projeto da Deputada Luciana (PT), sobre a autorização de implantação de "Centros de Cuidados Diurnos à Pessoa Idosa", o qual oferecerá atendimento de assistência ao idoso com equipe multidisciplinar nas áreas assistência social, fisioterapia, enfermagem, psicologia, atividades ocupacionais, atividades físicas, apoio sócio-familiar, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e sua integração social, e que será implantado nos municípios do Paraná, e que um conselheiro fique como representante juntamente com a deputada para um parecer do CEAS e que esse conselho esteja acompanhando, a conselheira Iolanda comentou que recebeu um projeto do deputado Francisco sobre a criação também de um centro de apoio ao idoso. A conselheira